



Aparecida: "O clima é de quebra-quebra no serviço público"

Servidora espera pelo pior

DANIELA RUBSTEM

ASSISTENTE administrativa, nível médio, servidor não-concursado e não-estável, do quadro da Funai, citada pela secretária-executiva do Ministério da Administração, Cláudia Costin, como uma das entidades a serem extintas. Quatro requisitos prováveis para estar na lista de demitidos do Governo federal. Por isso, Maria Aparecida Lélis Ferreira, que se enquadra nestes requisitos, já se prepara para a "boa notícia" de final de ano do presidente Fernando Henrique Cardoso: ser demitida.

Maria Aparecida trabalha desde 1986 na Funai. Veio transferida da prefeitura municipal de Belo Horizonte. Apesar do curso superior (é formada em Letras com especialização em Espanhol e Português), é contratada como nível médio. Sua função atual é Relações Públicas do órgão, recebendo por isso R\$ 800 (vencimento bruto).

"O salário é pouco, mas todo mês eu tenho a certeza de que ele será depositado. Agora eu não sei de mais nada", desabafa a servidora, mãe de dois filhos adolescentes. "Um está na universidade e o outro, terminando o Segundo Grau. É óbvio que eu estou preocupada, ainda

mais quando sei que não sou concursada, que estou com fortes chances de estar na lista de demitidos".

Louco - Desde o início da crise das Bolsas que levou o Governo a anunciar um pacote de medidas, incluindo a demissão de 33 mil servidores não-estáveis, Maria Aparecida vem acompanhando as notícias. "Com juros altos, empréstimos negados pelos bancos, qual será o empresário louco que irá contratar pelo menos um servidor demitido?", pergunta a servidora, lembrando que o clima é de "quebra-quebra no serviço público e na iniciativa privada".

Ciente de que a vida deverá ficar ainda mais difícil, ela tenta definir o que fazer com a indenização. "Ainda bem que não cortaram mais isso da gente". Mas logo cede ao pessimismo, sabendo que não é fácil ser microempresária, caminho adotado pela maioria dos servidores públicos que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária adotado pelo Governo no ano passado.

"De que adianta a indenização? Abrir um negócio próprio em tempo de recessão e desemprego? Quem será o meu consumidor é que não sei", desabafou, lamentando a perda do salário mensal "que, apesar de pouco, não falha".